

OMEGA ENERGIA E IMPLANTAÇÃO 2 S.A.

Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2017 e 2016



Índice

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO	8
3. GESTÃO DE RISCOS.....	11
4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS	14
5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	14
6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	15
7. INVESTIMENTOS.....	16
8. IMOBILIZADO	17
9. TESTE DE IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS	19
10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	20
11. FORNECEDORES.....	22
12. BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO PARA EMPREGADOS, ENCARGOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES.....	22
13. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES.....	23
14. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO.....	24
15. PARTES RELACIONADAS	25
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27
17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28
18. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS.....	29
19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS.....	29
20. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS	29
21. COMPROMISSOS	30
22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	30
23. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA	31
ANEXO - RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS.....	32

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais

ATIVO	NOTA	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.457	26.556	12.918	26.614
Clientes	5	-	-	93.416	-
Dividendos a receber		5.801	1	-	-
Outros	6	28.855	9.020	10.023	10.997
Total do ativo circulante		38.113	35.577	116.357	37.611
Ativo não circulante					
Caixa restrito	4	-	-	33.923	-
		-	-	33.923	-
Investimentos	7	728.016	299.216	-	-
Imobilizado	8	168	200.295	1.571.176	588.777
Intangível		-	181	4.632	377
		728.184	499.692	1.575.808	589.154
Total do ativo não circulante		728.184	499.692	1.609.731	589.154
Total do ativo		766.297	535.269	1.726.088	626.765
PASSIVO	NOTA	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Passivo circulante					
Fornecedores	11	528	77	5.299	88.129
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	26.568	-	72.822	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	12	4.239	2.265	8.779	2.536
Outras obrigações	13	23.368	13.564	27.689	16.586
Total do passivo circulante		54.703	15.906	114.589	107.251
Passivo não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10	192.326	-	1.091.794	-
Outras obrigações	13	-	1.172	437	1.323
Total do passivo não circulante		192.326	1.172	1.092.231	1.323
Total do passivo		247.029	17.078	1.206.820	108.574
Patrimônio líquido					
Capital social	16	453.363	526.093	453.363	526.093
Reservas de lucro	16	65.905	-	65.905	-
Prejuízos acumulados	16	-	(7.902)	-	(7.902)
Total do patrimônio líquido		519.268	518.191	519.268	518.191
Total do passivo e patrimônio líquido		766.297	535.269	1.726.088	626.765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de Reais, exceto lucro líquido do exercício por ação e número de ações

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	NOTA	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	17	-	-	182.718	-
Custos da operação, conservação e compras	18	-	-	(48.953)	-
Lucro bruto		-	-	133.765	-
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas, pessoal e gerais	19	(1.281)	(1.018)	(4.667)	(1.391)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	-	-	119
Resultado de equivalência patrimonial		88.631	(248)	-	-
Total das receitas (despesas) operacionais		87.350	(1.266)	(4.667)	(1.272)
Receitas financeiras	20	686	832	3.540	895
Despesas financeiras	20	(12.952)	(1.185)	(50.922)	(1.231)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(12.266)	(353)	(47.382)	(336)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		75.084	(1.619)	81.716	(1.608)
Imposto de renda e Contribuição social	14	-	(45)	(6.632)	(56)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		75.084	(1.664)	75.084	(1.664)
Número de ações		541.470	172.166		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício por ação - básico (R\$)		0,1387	(0,0097)		

Demonstrações de resultados abrangentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício	75.084	(1.664)	75.084	(1.664)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Resultado Abrangente total	75.084	(1.664)	75.084	(1.664)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucro	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total geral
Saldos em 1º de janeiro de 2016		67.400	-	-	(6.238)	61.162
Aumento de capital		463.330	-	-	-	463.330
Cisão		(4.637)	-	-	-	(4.637)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(1.664)	(1.664)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		526.093	-	-	(7.902)	518.191
Saldos em 1º de janeiro de 2017		526.093	-	-	(7.902)	518.191
Aumento de capital		20.000	-	-	-	20.000
Resgate de ações preferenciais		(92.730)	-	-	-	(92.730)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	75.084	75.084
Reserva legal	16	-	3.359	-	(3.359)	-
Dividendo mínimo obrigatório	16	-	-	-	(1.277)	(1.277)
Reserva de lucro estatutária	16	-	-	62.546	(62.546)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		453.363	3.359	62.546	-	519.268

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) líquido antes de impostos	75.084	(1.619)	81.716	(1.608)
Ajustes:				
Despesa com depreciação e amortização	-	-	22.817	-
Resultado de equivalência patrimonial	(88.631)	248	-	-
Receita financeira de investimentos mantidos até o vencimento	-	-	(313)	-
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	10.034	-	58.820	-
	(3.513)	(1.371)	163.040	(1.608)
(Aumento) redução nos ativos				
Cientes	-	-	(93.416)	-
Partes relacionadas	(20.075)	-	2	-
Outros créditos	240	(7.751)	972	(9.718)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	451	-	(82.830)	-
Outras contas a pagar	6.718	5.804	(3.714)	9.227
Fluxo de caixa após variações de ativos e passivos operacionais	(16.179)	(3.318)	(15.946)	(2.099)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(6.632)	-
Pagamento de juros	(7.386)	-	(7.386)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(23.565)	(3.318)	(29.964)	(2.099)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	(4.706)	(134.882)	(1.012.881)	(435.311)
Aquisição de ativo intangível	-	(102)	(331)	(298)
Aplicações financeiras	-	-	(33.610)	-
Baixa de ativo imobilizado	4.257	-	4.344	-
Dividendos recebidos	4.665	-	-	-
Aumento de capital social em controladas	(159.806)	(299.464)	-	-
Outros	9.929	-	(603)	-
Caixa Líquido gerado (usado) pelas atividades de investimento	(145.661)	(434.448)	(1.043.081)	(435.609)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	300.134	-	1.213.356	-
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(80.000)	-	(80.000)	-
Aumento de capital	20.000	463.330	20.000	463.330
Redução de capital	(92.730)	-	(92.730)	-
Caixa vertido em cisão parcial	-	(2.500)	-	(2.500)
Dividendos	(1.277)	-	(1.277)	-
Caixa Líquido gerado (usado) nas atividades de financiamento	146.127	460.830	1.059.349	460.830
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(23.099)	23.064	(13.696)	23.122
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa				
No início do exercício	26.556	3.492	26.614	3.492
No fim do exercício	3.457	26.556	12.918	26.614
	(23.099)	23.064	(13.696)	23.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Omega Energia e Implantação 2 S.A. (“Controladora” ou “OE&I2”) é uma sociedade por ações de capital fechado sediada em São Paulo, na Avenida Juscelino Kubstischek, nº. 1830, 6º. Andar, conjunto 62. Em 1º. de outubro de 2017 a OE&I2 passou a ser uma sociedade integralmente controlada pela Omega Geração S.A. (“Omega”), por meio da integralização de suas ações pelos seus acionistas controladores ao capital da Omega no âmbito de um contrato de compra e venda de ações celebrado em 12 de maio de 2017 pela Omega Desenvolvimento III Fundo de Investimento em Participações (“DEV FIP III”) e por Lambda3 Fundo de investimento em Participações Multiestratégia (“Lambda3”).

Fundada em 2011, a OE&I2 é uma companhia que detém participação em ativos de geração de energia elétrica com foco em energia limpa e renovável, que atuam, exclusivamente, na produção e comercialização de energia elétrica.

A OE&I2 e suas controladas diretas (“OE&I2”, “Grupo” ou “Companhia”) operam 8 empreendimentos, denominados complexo Delta 3 (“UGC Delta 3”), com capacidade total instalada para geração de 220,8 MW de energia renovável, além de uma linha de transmissão de 500 kV de aproximadamente 240 KM, localizados no estado do Maranhão. O projeto de implantação dos parques foi concluído no 1º semestre de 2017, tendo seu primeiro aerogerador acionado em maio, atingindo a totalidade da operação comercial em setembro de 2017.

A energia produzida é vendida por meio de contratos de longo prazo no ambiente regulado (ACR), obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação ou por meio de contratos em ambiente de livre negociação (ACL), cujos preços sofrem oscilações decorrentes da oferta e demanda de mercado. A OE&I2 opera parques eólicos e gerência suas atividades de maneira consolidada, considerando apenas um único segmento de negócios e uma única unidade geradora de caixa (“UGC”).

As atividades da Companhia e de suas controladas, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; e (ii) valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios.

Os eventos subsequentes foram avaliados até 02 de abril de 2018, data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da OE&I2 é o real ("BRL" ou "R\$"). Para fins de apresentação, as demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$.

2.4 Consolidação e investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e de suas controladas diretas e indiretas ("controladas"). A política contábil para a classificação dos investimentos e sua consolidação está descrita na Nota 7

As controladas diretas e respectivas atividades agrupadas são as seguintes:

Controladas diretas	Localização das operações	Atividade	% Participação total	
			2017	2016
Delta 3 I Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica - UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 II Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica - UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 III Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica - UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 IV Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica - UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 V Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica - UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 VI Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica - UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 VII Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica - UGC Delta 3	100%	100%
Delta 3 VIII Energia S.A.	Maranhão	Geração de energia eólica - UGC Delta 3	100%	100%

2.5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor. As políticas contábeis das controladas são ajustadas, quando aplicável, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela OE&I2.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações, que são aplicáveis à Companhia, estão descritos a seguir:

- CPC03/IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa: Iniciativa de divulgação - A Companhia aplicou as alterações ao CPC03/IAS 7, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2017, que exigem que as entidades apresentem divulgação das mutações em seu passivo decorrentes das atividades de financiamento, inclusive as mutações decorrentes dos fluxos de caixa e mutações que não afetam o caixa, quando aplicável. Essas mutações estão relacionadas substancialmente aos empréstimos, financiamentos e debêntures, cuja movimentação está sendo apresentada na Nota 10

Adicionalmente novas normas, alterações e interpretações foram aplicadas pela primeira vez em 2017, porém a Administração não identificou impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras quando de sua adoção inicial.

Essas alterações estão relacionadas ao IAS 12 – Tributos sobre o Lucro: Reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos por Prejuízos Não Realizados e ao Ciclo de Melhorias – 2015-2017.

Pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes

A Companhia avaliou as principais alterações advindas dos novos pronunciamentos contábeis e da revisão de pronunciamentos existentes emitidos pelo IASB/CPC até a data dessas demonstrações financeiras, mas que ainda não estão em vigor. Nessa avaliação, foi realizado o julgamento de quais alterações seriam relevantes para a OE&I2, quantitativa ou qualitativamente, sendo detalhadas a seguir:

- CPC48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final do pronunciamento IFRS 9, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Este pronunciamento traz novas abordagens sobre a: (i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, (ii) perda por redução ao valor recuperável e (iii) contabilização de hedge. Este pronunciamento entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, sendo necessária sua adoção com efeitos retrospectivos, com exceção da contabilidade de hedge.

A Companhia não adotou a nova norma antecipadamente, sendo sua adoção planejada para a data efetiva de vigência. A OE&I2 não opera instrumentos derivativos e não faz contabilidade de hedge, portanto as alterações da norma para esses itens não são aplicáveis.

Em 2017, a Companhia realizou avaliação de impacto detalhada desses aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas à Companhia em 2018, quando a Companhia passará a adotar o CPC48/IFRS 9. Com base no histórico de instrumentos financeiros negociados pela Companhia, não foi identificado impacto no reconhecimento e mensuração, sendo mantidos os métodos de valor justo ou custo amortizado atualmente já utilizados.

Em relação às perdas por créditos de liquidação duvidosa, o CPC48/IFRS 9 requer a adoção de um modelo de perdas esperadas para o reconhecimento de *impairment* do contas a receber mensurado ao custo amortizado, seja por um período de 12 meses ou pela extensão da vida do ativo, em substituição ao modelo de perdas incorridas da IAS 39, contudo a Companhia não identificou impactos, dado o baixo nível de inadimplência da carteira de clientes, bem como as medidas para a gestão do risco de crédito mencionadas na Nota 3.

- CPC47/IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes – Em maio de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15, que substitui a IAS 18 Receitas e interpretações relacionadas. O CPC47/IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas aplicável no reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes. Esse novo pronunciamento tem como princípio fundamental o reconhecimento da receita quando da transferência de controle dos bens e serviços para o cliente e por um montante que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens ou serviços. Este pronunciamento entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada, embora facultada pelas IFRSs, foi vedada pelos entes reguladores do mercado de capitais brasileiro.

Em 2017, a Companhia conclui a avaliação dos impactos das cinco etapas determinadas pelo CPC47/IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas à Companhia em 2018, quando a Companhia passará a adotar o CPC47/IFRS 15. A Companhia espera apenas alterações qualitativas em relação às informações apresentadas nas notas explicativa, que promoverão informações mais detalhadas em relação aos contratos com clientes.

- CPC06(R2)/IFRS 16 Arrendamento mercantil - Em janeiro de 2016, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 16, que substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil e interpretações relacionadas. A IFRS 16 estabelece que em todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, com limitadas exceções, o arrendatário deve reconhecer um passivo de arrendamento no balanço patrimonial no valor presente dos pagamentos, mais custos diretamente alocáveis e ao mesmo tempo que reconhece um direito de uso correspondente ao ativo subjacente. Durante o prazo do arrendamento mercantil, o passivo de arrendamento é ajustado para refletir os custos financeiros e pagamentos feitos

e o direito de uso é amortizado, semelhante às regras de arrendamento financeiro segundo a IAS 17. Este pronunciamento entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção da IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a OE&I2 celebrará. Atualmente a Companhia possui arrendamentos relacionados às propriedades nas quais opera seus ativos de geração. Por conta dos montantes de arrendamentos operacionais com os quais a Companhia está comprometida, conforme detalhado na Nota 22 é esperado impacto material nas demonstrações financeiras. A Companhia espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção, nas demonstrações financeiras do exercício de 2018.

Adicionalmente novas normas, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB, porém a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras quando de sua adoção inicial. Essas alterações estão relacionadas às IFRS 2 – Pagamento baseado em ações e IFRS 4 – Contratos de Seguros. Não existem outros pronunciamentos, normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.6 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
8	Imobilizado
9	Teste de impairment de ativos não financeiros

3. GESTÃO DE RISCOS

A OE&I2 realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da companhia e a continuidade do negócio. A estratégia de gestão de riscos da OE&I2, integrada à estrutura de gestão da sua controladora Omega, objetiva proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de uma matriz de riscos e impactos, revisada e atualizada periodicamente, que contempla as áreas operacionais, financeira, jurídica, regulatória, gestão de pessoas e *funding*.

São mapeados diversos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

- **Riscos operacionais:** relacionados à eficiência operacional dos ativos, disponibilidade dos sistemas, pessoas e processos internos;
- **Riscos climáticos:** relacionados a sazonalidade das receitas;
- **Riscos de Mercado:** relacionados a preços, inflação e taxas de juros;
- **Risco de crédito:** Relacionados aos créditos com clientes e investimentos financeiros;
- **Risco de liquidez:** relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras.

3.1 Riscos operacionais

A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados para as atividades de operação e manutenção (“O&M”) de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente o fornecedor dos equipamentos, e, caso esses serviços não sejam adequadamente executados, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante. A gestão desse risco é feita no sentido de garantir da eficiência operacional das usinas, sendo mantidos planos de manutenção e

monitoramento semanal, além de planos de manutenção preventiva e inspeção rotineira dos ativos semestralmente, bem como o acompanhamento tempestivo da geração de energia nos parques, de forma a realizar intervenções necessárias, inclusive em relação aos prestadores de serviços, para corrigir desvios.

A Companhia depende altamente dos serviços de profissionais técnicos na execução de suas atividades e caso a Companhia venha a perder os principais integrantes desse quadro de pessoal, a Companhia terá de atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, o que pode ter um custo elevado para a Companhia. A área gestão de pessoas da Companhia possui um processo estruturado para contratar e/ou repor pessoas chave para posições técnicas e de liderança da organização, além de manter objetivos e programas para seu desenvolvimento contínuo e retenção.

Adicionalmente, os processos e sistemas da Companhia contam com um ERP que garante a integração das informações das áreas de negócios com os sistemas contábeis e gerenciais da OE&I2 e são atualizados periodicamente para capturar alterações processuais relevantes e avanços no ambiente tecnológico.

3.2 Risco climático

Os contratos de venda de energia no mercado regulado têm estrutura que mitiga o impacto financeiro de intermitências do recurso eólico. Os contratos são realizados pela modalidade disponibilidade, com pagamentos mensais, sem obrigação mensal de entrega de energia. Além disso, para as obrigações anuais são definidas bandas inferiores e superiores de geração, de forma que não haja impacto econômico para os ativos se a geração de energia estiver dentro dessas bandas (neste dispositivo, são estabelecidos limites inferiores (-10%) e superiores (30% para o 1º ano, 20% para o 2º ano e 10% para o 3º ano e 0% para o 4º ano, os quais funcionam como estabilizadores do fluxo financeiro). As variações de geração são necessariamente equalizadas apenas a cada 4 anos, quando qualquer variação negativa ou positiva é liquidada. Em relação às análises anuais, quando a geração acumulada em determinado período estiver acima ou abaixo dessa banda, liquida-se o excedente a esta banda ao preço de liquidação das diferenças ("PLD") (quando acima) ou ao máximo entre a PLD ou o preço contratual (quando abaixo). Um dos oito parques que compõem a UGC Delta 3 não está sujeita a esse mecanismo, pois as variações de geração são ajustadas pelos preços e penalidades definidas previamente nos contratos.

3.3 Risco de mercado

O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação das taxas de mercado. A exposição da Companhia deriva, principalmente, de empréstimos, financiamentos e debêntures e aplicações financeiras com taxas de juros pré ou pós-fixadas, TJLP e índices de inflação. A carteira composta por esses instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia de longo prazo em vigor possuem cláusula de reajuste inflacionário, o que representa um hedge natural para as dívidas e obrigações indexadas aos índices de inflação. Uma análise de sensibilidade sobre os impactos decorrentes desse risco está apresentada na Nota 22.

A OE&I2 comercializa energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL). No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao PLD decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Parcela substancial da energia comercializada está vinculada aos contratos no ACR, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços. Eventualmente, com vistas a ajustar sua posição estrategicamente ao momento de mercado, a Companhia pode adotar o expediente da descontração de energia, que consiste em desvincular a energia gerada do ACR para negociá-la no ACL, de acordo com as regras da ANEEL.

No ACL, a Companhia procura vender gradativamente a energia disponível, com vistas a preços atrativos e à minimização do risco de exposição aos preços de curto prazo (*spot* ou PLD). Na parcela dos ativos vinculada ao ACL, a diferença entre a geração e a venda é liquidada no mercado de curto prazo pela CCEE. Fatores relacionados à liquidez do mercado de energia podem afetar os preços de mercado.

3.4 Risco de crédito

Os riscos de crédito decorrem das operações comerciais da Companhia ou de investimentos financeiros.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras no ACL, a Companhia exige garantias que podem ser fiança bancária ou outra modalidade de garantia, de acordo com a política de crédito. No ACR, os clientes decorrem dos contratos provenientes dos leilões promovidos pela ANEEL, por meio da CCEE, cujo padrão contratual estabelecido na Convenção de Comercialização de Energia Elétrica na Resolução Normativa ANEEL nº 109/2004, requer a constituição de garantias financeiras como condição necessária à adesão e à operação do agente de mercado no âmbito da CCEE. Esse mecanismo minimiza o risco de crédito da contraparte nesses contratos nas operações liquidadas no curto prazo.

Em relação aos investimentos financeiros, limites de crédito são avaliados e praticados para cada contraparte com a qual temos exposição de crédito. Além disso, a OE&I2 busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, sendo resumida no quadro a seguir:

	Nota	Consolidado	
		2017	2016
Caixas e equivalentes	4	12.918	26.614
Clientes	5	93.416	-
Caixa restrito	4	33.923	-
Total		140.257	26.614

3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da OE&I2 não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são os financiamentos com o BNDES, Debêntures emitidas e arrendamentos operacionais, sendo seus vencimentos contratuais demonstrados nas Notas 10 e 22

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação individualmente. Eventualmente, podem ser utilizados instrumentos de adiantamento de capital ou de mútuo para coberturas pontuais de caixa.

A Companhia busca relacionamento bancário regular para manter atualizado seus limites de crédito junto às instituições financeiras parceiras no intuito de estar preparada para obter, se necessário, linhas de crédito para auxiliar na gestão de liquidez de curto prazo.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, o Grupo tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas têm sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, conforme divulgado na Nota 10.4.

3.6 Seguros

A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil e patrimonial que cobre, entre outros riscos, fogo ou danos às propriedades da Companhia, como por exemplo danos elétricos/materiais, roubos/furtos de bens, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de raios, explosão, implosão e queda de aeronaves. Além disso, há o seguro de D&O que tem cobertura sobre custos de defesa, acordos judiciais e extrajudiciais, além de indenizações, tais coberturas se estendem aos conselheiros, diretores e gerentes ou qualquer outra pessoa física com poder de gestão dentro da

companhia. Além disso, a Companhia possui, também, seguro de lucros cessantes que cobre a interrupção dos seus negócios pelo período de 12 meses, somente, uma vez que a Companhia acredita que há baixos riscos na interrupção dos seus negócios. O valor total da cobertura de seguros é de aproximadamente R\$ 1,2 bilhões. A OE&I2 acredita que mantém seguros adequados ao mercado de atuação da Companhia no Brasil.

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate em até 90 dias da data da aplicação considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Quando a aplicação apresenta algum tipo de restrição ao resgate, por estarem vinculadas às operações de créditos ou foram cedidas como garantias em operações comerciais, são registradas como aplicações financeiras mantidas até o vencimento, registradas ao custo amortizado e classificadas no ativo não circulante quando o vencimento for superior a 12 meses.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Bancos	58	11	1.112	69
Aplicações financeiras de liquidez imediata	3.399	26.545	11.806	26.545
Caixa e equivalentes de caixa	3.457	26.556	12.918	26.614
Caixa restrito	-	-	33.923	-
Total caixa, equivalentes e caixa restrito	3.457	26.556	46.841	26.614

Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2017, além dos saldos em contas bancárias, incluem Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas lastreadas em Debêntures, com liquidez diária sem perda de valor, remunerados a taxa de 95,9% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") em 31 de dezembro de 2017. (75% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

Aplicações financeiras restritas: são aplicações financeiras em instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos obtidos do BNDES, descritos na Nota 10 Essas aplicações são remuneradas em média a 99,65% do CDI em 31 de dezembro de 2017 e somente podem ser movimentadas mediante autorização expressa do BNDES.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil

São instrumentos financeiros classificados na categoria empréstimos e recebíveis e representam os valores a receber pela venda de energia efetuadas pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de eventuais estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável. A prática contábil sobre o reconhecimento de receitas está apresentada na Nota 17

	Consolidado
	2017
ACL (Ambiente de Contratação Livre)	
Contabilização CCEE	75.596
Comercializadoras e Consumidores livres	17.820
Total	93.416

Contas a receber ACL: representados por contas a receber de comercializadoras relativas a energia gerada pelos ativos de eólicos e liquidadas no curto prazo, ao preço de mercado, negociados pela Companhia e seus clientes livremente. Normalmente possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

Contabilização CCEE: o saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados dentro do prazo de 45 dias. O risco de crédito desse ativo decorre da própria CCEE.

Não há saldos relevantes em atraso em 31 de dezembro de 2017 e 2016, portanto, não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Tributos a recuperar				
IRPJ/CSLL	321	171	202	181
PIS/COFINS	17	17	17	37
Adiantamento a fornecedores	269	679	977	690
Partes relacionadas (Nota 19)	28.142	8.067	8.065	8.067
Despesas a apropriar	16	15	646	15
Outros	90	71	116	2.007
Total	28.855	9.020	10.023	10.997

Tributos a recuperar: contemplam créditos tributários apurados na esfera federal (PIS, COFINS, IR e CSLL) decorrentes das operações comerciais da Companhia, de investimentos financeiros. Os saldos de IRPJ e CSLL incluem retenções de referentes aos resgates das aplicações financeiras.

Partes relacionadas: referem-se a rateios de despesas pelo compartilhamento de estrutura, conforme detalhado na Nota 15.

7. INVESTIMENTOS

Política contábil

A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas na mesma data base da controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas consolidadas, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre as empresas consolidadas são eliminados. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

7.1 Movimentação dos investimentos

O quadro a seguir apresenta a composição dos investimentos e sua movimentação:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017								
	Controladora								
	Delta 3 I	Delta 3 II	Delta 3 III	Delta 3 IV	Delta 3 V	Delta 3 VI	Delta 3 VII	Delta 3 VIII	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	43.541	32.540	27.384	40.574	36.557	30.749	68.061	19.810	299.216
Aumento de Capital	18.270	15.519	20.623	29.389	18.832	22.594	6.512	28.067	159.806
Resultado de equivalência patrimonial	6.088	12.972	10.496	11.082	14.081	13.099	1.934	18.879	88.631
Dividendos	(2.547)	(245)	(199)	(2.443)	(267)	(248)	(36)	(4.480)	(10.465)
Cisão	29.580	20.956	22.816	23.333	18.919	19.224	30.238	25.762	190.828
Saldos em 31 de dezembro de 2017	94.932	81.742	81.120	101.935	88.122	85.418	106.709	88.038	728.016

Principais movimentações ocorridas durante o exercício de 2017

Os aumentos de capital nas controladas durante o exercício de 2017 foram realizados com o objetivo de provê-las com recursos financeiros para arcarem com os investimentos na implantação dos respectivos parques eólicos. Integralização através de cisão (laudo de avaliação AP-00445/17-08) realizado com o objetivo de transferir ativos e passivos resultantes da implantação dos parques eólicos para as SPE's.

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2016								
	Controladora								
	Delta 3 I	Delta 3 II	Delta 3 III	Delta 3 IV	Delta 3 V	Delta 3 VI	Delta 3 VII	Delta 3 VIII	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	43.602	32.577	27.427	40.548	36.595	30.786	68.105	19.824	299.464
Resultado de equivalência patrimonial	(61)	(37)	(43)	26	(38)	(37)	(44)	(14)	(248)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	43.541	32.540	27.384	40.574	36.557	30.749	68.061	19.810	299.216

8. IMOBILIZADO

Política contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

Os custos de descomissionamento dos parques são contabilizados no custo inicial do ativo imobilizado com base em projeções dos custos que se esperam incorrer para desmontar os parques eólicos e restaurar a localidade realizadas pela Companhia. Os valores são amortizados com base nos prazos de autorização dos parques e o passivo, registrado ao valor presente, é recomposto pela taxa de desconto estimada inicialmente, em contrapartida de uma despesa financeira.

A depreciação dos ativos em operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo da autorização de funcionamento das usinas.

A política contábil para o teste de *impairment* do ativo imobilizado está descrito na Nota 9.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas das vidas úteis dos ativos são periodicamente avaliadas e atualizadas. O cálculo das vidas úteis requer que a Companhia assuma premissas sobre condições futuras que são incertas. Alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nos ativos da Companhia.

A composição e movimentação dos saldos consolidados é apresentada a seguir:

Imobilizado	Controladora			
	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	54.100	54.100
Adições	25	-	148.511	148.536
Cisão	-	-	(2.315)	(2.315)
Transferências	147	-	(173)	(26)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	172	-	200.123	200.295
Custo histórico	172	-	200.123	200.295
Saldo em 31 de dezembro de 2016	172	-	200.123	200.295
Adições	-	8	4.698	4.706
Baixas	-	-	(4.257)	(4.257)
Cisão	(172)	-	(200.404)	(200.576)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	8	160	168
Custo histórico	-	8	160	168
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	8	160	168

Consolidado					
Imobilizado	Máquinas e equipamentos	Edificações	Outros	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	54.100	54.100
Adições	27	-	53	536.938	537.018
Cisão	-	-	-	(2.315)	(2.315)
Transferências	147	-	-	(173)	(26)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	174	-	53	588.550	588.777
Custo histórico	174	-	53	588.550	588.777
Saldo em 31 de dezembro de 2016	174	-	53	588.550	588.777
Adições	291	-	8	1.012.582	1.012.881
Baixas	-	-	-	(4.344)	(4.344)
Depreciação	(21.870)	(492)	(5)	-	(22.367)
Cisão	269	-	-	334	603
Transferências	1.554.860	35.215	324	(1.594.773)	(4.374)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.533.724	34.723	380	2.349	1.571.176
Custo histórico	1.555.594	35.215	385	2.349	1.593.543
Depreciação acumulada	(21.870)	(492)	(5)	-	(22.367)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.533.724	34.723	380	2.349	1.571.176

Os juros capitalizados ao imobilizado no exercício totalizaram R\$ 44.742

Os empréstimos e financiamentos exigem alienação fiduciária sobre os ativos da Companhia. Na Nota 10.1 há o detalhe dos empréstimos que exigem esse tipo de garantia.

As vidas úteis utilizadas para o cálculo e registro da depreciação no exercício de 2017 são as seguintes:

Taxas de depreciação			
UGC	Máquinas e equipamentos	Edificações	Móveis e utensílios
UGC Delta 3	4,2%	1,4%	1,3%

A Companhia não alterou sua expectativa das vidas úteis dos ativos no exercício.

9. TESTE DE IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Política contábil

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Essa indicação pode se dar por fatores internos decorrentes da eficiência operacional dos ativos ou externas em função do cenário macroeconômico e do comportamento dos preços de energia elétrica.

Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado, utilizando-se a metodologia do valor em uso, que consiste em apurar os fluxos de caixa futuros do ativo ao seu valor presente, utilizando o custo do capital, apurado por meio do WACC, para seu desconto. O teste de *impairment* é obrigatório quando houver ativo intangível com vida útil indefinida, conforme requer o CPC01.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o seu valor em uso, salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização com a finalidade de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia, antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável quando aplicável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia determina seus fluxos de caixa com base nos orçamentos aprovados pela administração, os quais utilizam as seguintes premissas: (i) disponibilidade dos recursos eólicos; (ii) custos e investimentos baseados na melhor estimativa com base em desempenhos passados; (iii) preços de venda consistentes com contratos e as projeções disponíveis para o PLD; (iv) vida útil de cada unidade geradora de caixa; e (v) taxas de desconto que refletem riscos específicos de cada unidade geradora de caixa. Essas premissas estão sujeitas a riscos e incertezas. Portanto, existe a possibilidade de que mudanças nas circunstâncias alterem essas projeções o que pode afetar o valor recuperável dos ativos.

A Companhia avaliou sua UGC, sendo apresentado abaixo um resumo dos saldos contábeis e a sua margem operacional:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017				
UGC	Imobilizado	Intangível	Ativo total	Margem Operacional
UGC Delta 3	1.571.176	4.632	1.575.808	74%

Com base no quadro apresentado anteriormente, é possível verificar que os ativos apresentam margem operacional de 36%. A Companhia mantém modelos internos de projeção dos fluxos de caixa dessa UGC para auferir os seus valores recuperáveis, os quais consideram a capacidade instalada de geração do empreendimento, bem como taxas de desconto que variam de 6,63% a.a. até 6,70% a.a. em termos reais. A análise do resultado das projeções, das margens operacionais descritas acima, bem como os indicadores financeiros da UGC denotam que não há indícios internos que os ativos possam estar com dificuldade em sua recuperação. A Companhia também não identificou fatores externos que indicassem existência de desvalorização dessa unidade. Dessa forma, a Companhia concluiu não ser necessário realizar a apuração do valor recuperável para fins de teste de *impairment*.

Não há ativos intangíveis com vida útil indefinida nas UGCs.

A Companhia concluiu não ser necessário o reconhecimento de perdas por *impairment* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos, financiamento e debêntures são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado em construção. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

10.1 Composição do saldo e movimentação no exercício

	Consolidado					
	Passivo circulante		Passivo não circulante		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Contratos BNDES	47.255	-	914.749	-	962.004	-
Debêntures	26.572	-	196.218	-	222.790	-
	73.827	-	1.110.967	-	1.184.794	-
Custos de transação	(1.005)	-	(19.173)	-	(20.178)	-
Total	72.822	-	1.091.794	-	1.164.616	-

O saldo apresentado para a controladora refere-se ao valor das debentures e de seus respectivos custos de captação no montante total líquido de R\$218.894.

Os contratos da Companhia referem-se substancialmente a financiamentos obtidos junto ao BNDES, bem como debêntures emitidas. Um resumo dos contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias por UGCs da Companhia está apresentado a seguir:

UGC	Instituição financeira	Vencimento final	Forma de pagamento	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	2017
UGC Delta 3	BNDES	mar/34	mensal	TJLP + 2,32%	Fiança bancária, conta reserva, alienação do ativo e ações	962.004
UGC Delta 3	Debêntures	dez/29	semestral	IPCA + 7,10%	Fiança bancária, conta reserva, alienação do ativo e ações	222.790
						1.184.794

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures nos exercícios é demonstrada a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Principal	Encargos	Custo Transação	Total	Principal	Encargos	Custo Transação	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-	-	-
Liberações do BNDES	-	-	-	-	913.222	-	-	913.222
Adição - Custo transação	-	-	(4.650)	(4.650)	-	-	(21.689)	(21.689)
Amortização - Custo transação	-	-	762	762	-	-	1.515	1.515
Emissão de debêntures e capital de giro	300.134	-	-	300.134	300.134	-	-	300.134
Amortizações de principal	(87.386)	-	-	(87.386)	(87.386)	-	-	(87.386)
Encargos financeiros provisionados	-	10.034	-	10.034	-	58.820	-	58.820
Encargos convertidos ao principal	8.586	(8.586)	-	-	53.926	(53.926)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	221.334	1.448	(3.888)	218.894	1.179.896	4.894	(20.174)	1.164.616

10.2 Cronograma de pagamento

Os fluxos de pagamento futuros da dívida são os seguintes:

Ano	Amortização da Dívida	Fluxo de Caixa Contratual
2018	72.897	146.733
2019	69.005	134.901
2020	69.005	130.332
2021 a 2023	211.442	367.250
2024 a 2026	246.866	357.000
2027 a 2029	260.150	315.132
2030 a 2031	120.297	131.965
Após 2031	135.128	130.057
	1.184.790	1.713.370

O fluxo de caixa das amortizações da dívida trata-se de projeção, considerando os fluxos contratuais de amortização de principal e juros, bem como estimativa futura de taxas TJLP, inflação e dos juros contratuais.

10.3 Garantias

As garantias dos financiamentos são as usuais a um *Project Finance*, incluindo (conforme descrito na Nota 8): contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos apresentados, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

10.4 Covenants Financeiros

O Grupo está sujeito a índices de restrição de endividamento (*covenants*), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). O não cumprimento desses covenants pode resultar em aceleração do vencimento das dívidas.

Na tabela a seguir, demonstramos os covenants exigidos:

UGC	ICP	ICSD
UGC Delta 3	N.A.	≥ 1,30

A Companhia tem *covenants* previstos em seus contratos, contudo não aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em função da fase de maturação dos projetos, sendo exigíveis apenas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia encontrava-se integralmente adimplente em relação aos *covenants*.

11. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores O&M e serviços gerais	528	77	2.626	88.129
Compra de energia	-	-	2.673	-
Total fornecedores	528	77	5.299	88.129
Apresentados no passivo:				
Circulante	528	77	5.299	88.129

Fornecedores de equipamentos (curto e longo prazos): decorrem do saldo de pagamentos pós *completion* de aerogeradores e serviços de construção civil dos parques eólicos.

Fornecedores O&M e serviços gerais: representados substancialmente pelos fornecedores de O&M. Conforme descrito na Nota 3.1., a Companhia contrata com prestadores de serviços terceirizados as atividades de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

Compra de energia: as compras de energia são realizadas substancialmente para a cobertura das garantias físicas das UGCs, de acordo com a estratégia de sazonalização¹ de cada unidade.

12. BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO PARA EMPREGADOS, ENCARGOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES

Política contábil

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

A Companhia adota o programa de participação nos resultados ("PPR") tendo como base contribuições das equipes e o desempenho global da empresa através do atingimento de indicadores de performance. A Companhia efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultado da Companhia, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado no montante estimado da saída de recursos no futuro. A provisão é registrada como custo ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado.

Os impostos a pagar decorrem das obrigações fiscais correntes, apuradas mensalmente com base nas legislações fiscais e jurisdições nas quais a Companhia opera. Estão incluídos impostos apurados nas esferas municipais, estaduais e federais. Quando a Companhia é responsável tributária pelo recolhimento dos tributos de seus fornecedores, é efetuada a retenção desses tributos e recolhimento perante os órgãos competentes.

¹ O processo de sazonalização para fins de lastro na CCEE define os montantes mensais que serão utilizados na aferição dos ajustes dos agentes em relação à venda de energia e sua geração.

Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são apresentados a seguir

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Benefícios de curto prazo a empregados:				
Salários e encargos	226	241	238	241
Provisões trabalhistas	4.055	2.002	4.098	2.002
Obrigações tributárias:				
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	3.290	-
Impostos a pagar	(149)	3	878	17
Tributos retidos sobre terceiros	107	19	275	276
Total	4.239	2.265	8.779	2.536

Provisões trabalhistas: incluem a provisão de PLR a pagar aos colaboradores relativa ao exercício de 2017.

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Redução de capital a pagar (Nota 5)	20.000	-	20.000	-
Partes relacionadas (Nota 19)	3.349	4.438	6.598	4.438
Provisão para descomissionamento	-	-	172	-
Serviços	10	6	909	-
Provisão Bioenergy	-	10.222	-	10.222
Outros	9	70	447	3.249
	23.368	14.736	28.126	17.909
Apresentados no passivo:				
Circulante	23.368	13.564	27.689	16.586
Não circulante	-	1.172	437	1.323

14. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Política contábil

O Grupo possui empresas tributadas pelo regime do lucro real e presumido. A Companhia revisa anualmente a opção sobre o regime de tributação com base nas suas projeções de resultado, buscando sempre a opção que for economicamente mais favorável para a operação.

As empresas tributadas pelo lucro presumido auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas. As empresas tributadas pelo lucro real, auferem seu lucro com base no resultado contábil, ajustado por despesas ou receitas cuja tributação não é permitida ou exigida, temporária ou permanentemente. Os tributos são calculados à alíquota de 34% sobre o resultado tributável. Prejuízos fiscais podem ser compensados nas operações tributadas pelo lucro real, limitados a 30% do lucro tributável auferido no exercício.

O reconhecimento dos tributos sobre o lucro como diferidos é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados, quando aplicável. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável.

Os impostos diferidos ativos não são reconhecidos quando a recuperabilidade destes ativos não for provável.

14.1 Reconciliação da despesa de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro no resultado está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Consolidado	
	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	81.716	(1.608)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição apurados pela alíquota corrente	(27.783)	547
Adições (exclusões) de natureza permanente	(11)	(10)
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	25.755	
Provisões indedutíveis temporariamente	(938)	(564)
Compensação prejuízos fiscais não ativados	-	27
IRPJ e CSLL não constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa	(4.277)	(78)
Outros	622	22
Despesa de IRPJ e CSLL no resultado	(6.632)	(56)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	8,1%	-3,5%

15. PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pela Omega geração, conforme divulgado na Nota 16.

Transações com partes relacionadas

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo Circulante				
Clientes (a)				
Omega Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	11.983	-
Reembolso de despesas (b)				
Hidrelétrica Pipoca S.A.	390	349	392	349
Sigma Energia S.A.	22	-	22	-
Indaiazinho Energia S.A.	-	74	-	74
Omega Comercializadora de Energia Ltda.	28	154	31	154
Omega Energia S.A.	101	2.230	108	2.230
Indaia Grande Energia S.A.	10	158	12	158
Porto das Barcas Energia S.A.	21	12	22	12
Porto do Parnaíba Energia S.A.	31	5	-	5
Porto Salgado Energia S.A.	21	12	22	12
Gargaú Energética S.A.	-	129	-	129
Omega Desenvolvimento S.A.	1.464	672	1.464	672
Omega Energia e Implantação S.A.	5	1.255	102	1.255
Testa Branca I Energia S.A.	39	-	40	-
Testa Branca III Energia S.A.	50	-	51	-
Porto do Delta Energia S.A.	39	-	41	-
Omega Gestora de Recursos S.A.	114	-	114	-
Omega Desenvolvimento do Maranhão S.A.	5.434	3.017	5.434	3.017
Delta 3 I Energia S.A.	317	-	-	-
Delta 3 II Energia S.A.	417	-	-	-
Delta 3 III Energia S.A.	417	-	-	-
Delta 3 IV Energia S.A.	405	-	-	-
Delta 3 V Energia S.A.	417	-	-	-
Delta 3 VI Energia S.A.	455	-	-	-
Delta 3 VII Energia S.A.	417	-	-	-
Delta 3 VIII Energia S.A.	552	-	-	-
Omega Solar Energia S.A.	130	-	130	-
Dividendos a receber (c)				
Deltas 3	5.801	-	-	-
Total dos ativos com partes relacionadas	17.097	8.067	19.968	8.067
PASSIVO				
Fornecedores (a)				
Omega Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	(2.673)	-
Outras obrigações (b)				
Omega Energia S.A.	-	(273)	(3.060)	(273)
Indaiazinho Energia S.A.	(56)	-	(55)	-
Gargaú Energética S.A.	(96)	-	(93)	-
Omega Desenvolvimento 1 S.A.	-	(140)	(11)	(140)
Omega Comercializadora de Energia Ltda.	(160)	(160)	(358)	(160)
Omega Desenvolvimento S.A.	-	(350)	(1.642)	(350)
Omega Energia e Implantação S.A.	-	(1.015)	(53)	(1.015)
Omega Desenvolvimento do Maranhão S.A.	-	(2.500)	-	(2.500)
Dividendos propostos (c)				
Omega Energia S.A.	(1.276)	-	(1.276)	-
Mútuos (d)				
Delta 3 VIII Energia S.A.	(3)	-	-	-
Delta 3 VII Energia S.A.	(1.526)	-	-	-
Total dos passivos com partes relacionadas	(3.117)	(4.438)	(9.221)	(4.438)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida (a)				
Omega Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	72.828	-
Custos da operação, conservação e compra de energia (a)				
Omega Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	(12.621)	-
Reembolso de despesas (b) creditados (debitados) na rubrica desp. operacionais - Adm, pessoal e gerais				
Omega Energia e Implantação 2 S.A.	-	-	-	-
Indaia Grande Energia S.A.	24	(222)	21	(222)
Indaiazinho Energia S.A.	15	(100)	15	(100)
Porto Salgado Energia S.A.	21	(24)	21	(24)
Porto das Barcas Energia S.A.	21	(15)	21	(15)
Porto do Parnaíba Energia S.A.	31	(37)	30	(37)
Gargaú Energética S.A.	25	(171)	25	(171)
Hidrelétrica Pipoca S.A.	28	(378)	28	(378)
Sigma Energia S.A.	22	-	22	-
Testa Branca I Energia S.A.	84	-	84	-
Testa Branca III Energia S.A.	84	-	84	-
Porto do Delta Energia S.A.	121	(4)	121	(4)
Omega Comercializadora de Energia Ltda.	17	(5)	(54)	(5)
Omega Energia S.A.	341	1.526	(1.463)	1.526
Omega Energia e Implantação S.A.	65	1.087	(991)	1.087
Omega Gestora de Recursos S.A.	105	-	105	-
Omega Desenvolvimento S.A.	523	(312)	189	(312)
Delta 3 I Energia S.A.	548	-	-	-
Delta 3 II Energia S.A.	548	-	-	-
Delta 3 III Energia S.A.	548	-	-	-
Delta 3 IV Energia S.A.	575	-	-	-
Delta 3 V Energia S.A.	548	-	-	-
Delta 3VI Energia S.A.	521	-	-	-
Delta 3 VII Energia S.A.	548	-	-	-
Delta 3 VIII Energia S.A.	548	-	-	-
Omega Desenvolvimento 1 S.A.	-	-	(11)	-
Delta 3 II Energia S.A.	2	-	-	-
Delta 3 III Energia S.A.	2	-	-	-
Delta 3VI Energia S.A.	4	-	-	-
Delta 3 VIII Energia S.A.	71	-	-	-
Total do resultado com partes relacionais	5.990	1.345	58.454	1.345

(a) Refere-se a operações de compra e venda de energia.

(b) Refere-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

(c) Refere-se à dividendos mínimos obrigatórios para Omega Geração.

(d) Refere-se à mútuos entre empresas do grupo.

A Controladora garante obrigações financeiras relativas a contratos financeiros e fianças de suas controladas. No âmbito das demonstrações financeiras consolidadas, essas garantias não aumentam a exposição da Companhia à fianças e garantias apresentadas na Nota 10

Remuneração do pessoal chave da administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

A tabela a seguir apresenta a remuneração estabelecida para os membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Companhia:

	Consolidado	
	2017	2016
Salário / Pró-Labore	885	320
Benefícios Diretos e Indiretos	26	65
Remuneração Variável	1.027	167
Total Remuneração	1.938	552

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

A remuneração aos acionistas se dá sobre a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovada pelos acionistas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido, quando aplicável.

16.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$453.363, representado por 445.867.100 ações ordinárias (R\$526.093 em 31 de dezembro de 2016, representados por 530.730.100 ações ordinárias). As ações da Companhia são detidas integralmente pela controladora Omega.

Em assembleia geral extraordinária de 28 de abril de 2017 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia em R\$20.000, com a emissão de 20.000.000 de ações preferenciais, precificadas em R\$1,00/ação. Em assembleia geral extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2017 foi deliberada a conversão de 84.863.000 ações ordinárias em preferenciais, bem como a redução do capital social em R\$92.730 com o resgate de 92.730.000 ações preferenciais, precificadas em R\$1,00/ação. A referida redução foi liquidada parcialmente em 2017, remanescendo o saldo de R\$20.000 a pagar em 2018, conforme apresentado na Nota 13.

16.2 Distribuição dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 2% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório; após desconto das reservas;
- Saldo remanescente poderá ser distribuído, destinado a reserva de investimento ou outras reservas sujeitas às leis e ao Estatuto, conforme proposta da Administração.

A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido apurado em 2017 é a seguinte:

Destinação do Lucro	2017
Resultado do período	75.084
(-) Absorção de prejuízos acumulados	(7.902)
(=) Resultado após a absorção de prejuízos	67.182
(-) Reserva legal 5%	(3.359)
(=) Lucro líquido ajustado	63.823
Dividendo obrigatório - 2%	1.277
Constituição de reserva estatutária para investimentos	62.546

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física (geração), ajustada ao rateio das perdas² informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração e compras), denominado balanço energético, que credita ou debita a diferença entre as vendas e efetiva geração para a Companhia, normalmente ao valor do PLD.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

O quadro a seguir apresenta a receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017:

	Consolidado	
	2017	
	R\$	MWh
Vendas Mercado Livre - ACL	26.436	104.817
Contabilização CCEE	90.300	143.684
Outras receitas	10	-
Vendas para partes relacionadas	72.828	345.337
Impostos	(6.856)	-
Total receita líquida	182.718	593.838

² As perdas elétricas associadas ao transporte da energia elétrica no SIN, por meio da Rede Básica, provocam um desequilíbrio entre a produção e o consumo total de energia coletada pela CCEE.

18. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS

	Consolidado
	2017
Compra Energia	(16.039)
Depreciação e Amortização	(22.367)
O&M	(10.220)
Outros	(327)
Total dos custos da operação, conservação e compras	(48.953)

Parcela substancial dos custos de O&M é contratada com prestadores de serviços terceirizados, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

A energia é adquirida de terceiros e tem como finalidade complementar a Geração da Companhia em relação à posição vendida pela Companhia na CCEE. Os créditos de PIS e COFINS decorrem substancialmente das compras de energia.

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas de Pessoal, Geral e Administrativas	406	(397)	(1.687)	(460)
Outras	(1.687)	(621)	(2.980)	(931)
Total	(1.281)	(1.018)	(4.667)	(1.391)

20. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas Financeiras:				
Juros s/ aplicações financeiras	719	477	3.379	477
Outras receitas	-	395	194	464
Pis e Cofins sobre receita financeira	(33)	(40)	(33)	(46)
	686	832	3.540	895
Despesas Financeiras:				
Juros s/ empréstimos e debêntures	(10.033)	-	(44.039)	-
IOF	(72)	(107)	(103)	(107)
Comissão sobre Fiança	(1.410)	-	(1.433)	-
Assessoria financeira	(762)	-	(1.124)	-
Outras despesas	(675)	(1.078)	(4.223)	(1.124)
	(12.952)	(1.185)	(50.922)	(1.231)
Resultado financeiro líquido	(12.266)	(353)	(47.382)	(336)

21. COMPROMISSOS

Política contábil

A Companhia participa de transações de arrendamentos mercantis operacionais relacionado ao uso de terreno onde estão instalados seus parques eólicos. Esses arrendamentos foram firmados por período equivalente ao período da autorização de cada parque eólico, com opção de renovação do arrendamento após este período. O aluguel pago mensalmente ao arrendador é determinado inicialmente em valor fixo e, quando iniciada a operação comercial é baseado em percentagem da receita mensal auferida em cada parque, e a OE&I2 não participa no valor residual dos bens arrendados. Conseqüentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador.

Os pagamentos relativos aos arrendamentos de terras são reconhecidos no resultado como custo da operação pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Durante o exercício de 2017 o montante de R\$628 (R\$27 no exercício de 2016) foi reconhecido no resultado na rubrica de custo de operação e manutenção.

Os pagamentos futuros projetados de arrendamentos de terrenos são apresentados a seguir:

	UGC Delta 3
2018	1.900
2019	1.700
2020	1.667
2021	1.707
2022	1.659
Após 2023	40.653
Total	49.286

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ativos financeiros mantidos até o vencimento; e
- empréstimos e recebíveis.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, pelo método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a OE&I2 transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Consolidado		
	2017	2016	Categoria
Caixas e equivalentes	12.918	26.614	A
Caixa restrito	33.923	-	B
Clientes	93.416	-	C
Financiamentos	1.164.616	-	D
Fornecedores	5.299	88.129	D

- A - Mensurados ao valor justo por meio do resultado
- B - Mantidos até o vencimento
- C - Empréstimos e recebíveis
- D - Outros passivos financeiros ao custo amortizado.

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação aos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui operações contratadas substancialmente com o BNDES, remuneradas à TJLP, que é um instrumento de financiamento de projetos de longo prazo, para o qual não existe um mercado ativo, portanto, presume-se que o valor contábil esteja próximo ao valor justo.

23. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

Aumento de capital em controlada com ativos imobilizados

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017								
	Delta 3 I	Delta 3 II	Delta 3 III	Delta 3 IV	Delta 3 V	Delta 3 VI	Delta 3 VII	Delta 3 VIII	Total
Aumento de capital com ativos (Cisão)	29.580	20.956	22.816	23.333	18.919	19.224	30.238	25.762	190.828

* * *

ANEXO - Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Omega Energia e Implantação 2 S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Omega Energia e Implantação 2 S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Omega Energia e Implantação 2 S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida

A Companhia possui investimentos significativos em ativo imobilizado instalado na UGC Delta 3, além de intangíveis decorrentes da aquisição de direito de exploração da autorização. A Companhia acompanha os indicadores de realização destes ativos e documenta anualmente sua conclusão sobre a recuperabilidade dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo consolidado relacionado aos ativos imobilizados e intangíveis de vida útil definida das UGC Delta 3 totalizavam R\$1.571.176 mil e R\$4.632 mil, conforme detalhado na nota explicativa 9.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria por envolver subjetividade e julgamento na preparação das projeções de geração de caixa, as quais são elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, envolvemos nossos profissionais especialistas em avaliação para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de fluxo de caixa e valorização dos ativos imobilizados e intangíveis, analisamos os indicadores financeiros da UGC Delta 2, bem como revisamos as análises preparadas pela Companhia. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade dos ativos imobilizado e intangível com vida útil definida, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável destes ativos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Omega Energia e Implantação 2 S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu o seu relatório datado de 08 de maio de 2017 com opinião sem modificação sobre aquelas demonstrações financeiras.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 02 de abril de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alessandra Aur Raso', is written over a faint, circular stamp or watermark.

Alessandra Aur Raso
Contadora CRC-1SP248878/O-7